

Gabinete do Secretário de Estado do Mar**Despacho n.º 2779/2013**

Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida ao técnico superior Jacinto João Sacoto da Silva licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que o mesmo, nos termos do artigo 1.º daquele diploma, solicitou a sua renovação;

Autorizo que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Jacinto João Sacoto da Silva, pelo período de 1 ano, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2012.

18 de janeiro de 2013. — O Secretário de Estado do Mar, *Manuel Pinto de Abreu*.

206754245

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo**Despacho (extrato) n.º 2780/2013****Conclusão com sucesso do período experimental por parte do técnico superior Francisco Carlos Estrela Maia Lopes Faria**

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com os artigos 73.º a 78.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e em conjugação com a cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro, e do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de março, e após ter sido homologada a ata do júri, por despacho do presidente de 19 de setembro de 2012, torna-se público a conclusão, com sucesso, do período experimental, da técnico superior Francisco Carlos Estrela Maia Lopes Faria, o qual passará a integrar o mapa de pessoal da CCDRA.

24 de novembro de 2012. — O Vice-Presidente, em regime de substituição, *Rui Manuel Mourato Pires Mendes*.

206756821

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural**Aviso (extrato) n.º 2477/2013****Reconhecimento de organismo de controlo e certificação**

1 — De acordo com o Decreto-Lei n.º 323-F/2000, de 20 de dezembro, e verificada a conformidade do pedido de reconhecimento com o disposto no artigo 10.º do citado decreto-lei, é concedido por despacho da subdiretora geral, engenheira Filipa Osório, de 7 de fevereiro de 2013, o reconhecimento à CERTIS — Controlo e Certificação, L.ª, como organismo de controlo para CM — Carne Minhota.

2 — O presente aviso produz efeitos a partir da data de despacho.

13 de fevereiro de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

206755493

Despacho n.º 2781/2013

O Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de outubro, prevê que o procedimento de apreciação e aprovação do Plano de Gestão de Lamas está sujeito ao pagamento de uma taxa de apreciação cujo valor é automaticamente atualizado por aplicação do índice de preços no consumidor fixado anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., devendo a DGADR proceder à divulgação regular dos valores em vigor para cada ano.

Assim ao abrigo do disposto no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de outubro, determino que no ano de 2013 o procedimento de apreciação e aprovação do Plano de Gestão de Lamas está sujeito ao pagamento de uma taxa de apreciação no valor de € 3 243 (três mil duzentos e quarenta e três euros).

25 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

206755622

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos**Despacho n.º 2782/2013**

Considerando a publicação da Portaria n.º 394/2012, em 29 de novembro, que determina a estrutura nuclear e estabelece as

competências das respetivas unidades orgânicas nucleares da DGRM;

Considerando a necessidade de assegurar e coordenar o funcionamento dos serviços;

Ao abrigo e nos termos conjugados dos artigos 20.º e 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro;

1 — Por despacho de 31 de janeiro de 2013 da Diretora-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, é nomeado o licenciado Paulo Jorge Cruz Tavares Saraiva Parracho, para exercer, em regime de substituição, o cargo de direção intermédia de 1.º grau como Diretor de Serviços de Administração Marítima, da Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

2 — A presente nomeação tem como suporte a respetiva síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O nomeado fica autorizado a optar pelo vencimento da sua função, cargo ou categoria de origem, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

A presente nomeação produz efeitos a 01 de fevereiro de 2013.

13 de fevereiro de 2013. — O Diretor de Serviços de Administração Geral, *José Manuel Domingues Quaresma*.

Síntese curricular

Nome: Paulo Jorge Cruz Tavares Saraiva Parracho

Local e data de nascimento: Lisboa, 20/11/1965

Habilitações académicas:

Licenciado em Engenharia Naval pelo Instituto Superior Técnico

Cursos de Formação:

Curso de inspetor de Port State Control (Controle pelo Estado de Porto) no Centro Jovellanos (Espanha);

Curso de auditor no âmbito do Código Internacional de Gestão para a Segurança da Exploração dos Navios e para a Prevenção da Poluição (Código ISM) e da Norma ISO 9002, no centro de estudos da sociedade classificadora Det Norske Veritas — DNV na Grécia;

Curso de auditor ISPS (Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias) — empresa MUSC (Maritime and Underwater Security Consultants);

Bolseiro da Junta Nacional de Investigação Científica;

Diploma FORGEP — Formação em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração.

Atividade profissional:

Diretor de Serviços de Segurança Marítima do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P., desde 19 de abril de 2012;

Gestor do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Continente, desde 19 de abril de 2012;

Exerce as funções de representante permanente adjunto de Portugal na Organização Marítima Internacional (OMI), desde 2 de julho de 2012,

Chefe do Departamento dos Padrões Técnicos de Segurança do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P., desde 2003;

Auditor ISPS desde 2003;

Auditor de Gestão para a Segurança da Exploração dos Navios e para a Prevenção da Poluição (ISM) desde 1999;

Inspeção do Controlo pelo Estado do Porto (Port State Control) desde 1999;

Auditor de qualidade desde 1998;

Inspeção de Navios — Direção de Segurança Marítima do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, desde 1997;

Docente no ensino secundário entre 1990 e 1994.

Outras atividades:

Coordenou o processo de negociação e de transposição do 3.º Pacote de Segurança Marítima;

Integrou a equipa nacional responsável pela preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia em 2007;

Responsável ao nível nacional pela preparação do processo relativo à implementação em Portugal do Código ISPS;

Desde 2003 assegura a representação do Estado Português nas reuniões do Comité de Proteção Marítima (MarSec) e do Comité para Segurança Marítima e Prevenção da Poluição (COSS).

206755477